



BANCO
MASTER

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

06 | 2024

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BANCO MASTER S.A.

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2024



Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	11
Relatório do comitê de auditoria	17
Balanço patrimonial	18
Demonstração de resultados	19
Demonstração de resultados abrangente	20
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstração dos fluxos de caixa (Método Indireto)	22
Notas explicativas às demonstrações financeiras	23



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – JUNHO DE 2024

Apresentamos o relatório da Diretoria do Banco Master S/A (“Banco” ou “Master”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, em conjunto com as Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre essas Demonstrações Financeiras.

Informação ao Mercado

O Master apresenta no encerramento do semestre mais um ciclo virtuoso de crescimento, pautado novamente em resultados positivos e capitalizações. As demonstrações financeiras apresentam o patrimônio líquido de R\$ 4.2 bilhões (R\$ 1.8 bilhões – 2023), lucro líquido R\$ 501 milhões (R\$ 291 milhões – 2023) e total de ativos de R\$ 51 bilhões (R\$ 36 bilhões – 2023).

Destacamos no semestre, a expressiva *performance* apresentada demonstrada pelos números das nossas demonstrações financeiras e a conclusão da aquisição do Banco Voiter homologada pelo BACEN em 04 de abril de 2024. O Voiter, é um banco que já possui nome de destaque e “*expertise*” em operações estruturadas e do seguimento *corporate*, com isso, a aquisição que tem como principal objetivo intensificar a participação do Master em operações de “atacado”, ou seja, *corporate* que propiciem o incremento em operações de mercado de capitais.

O Master realizou em 22 de agosto de 2024, o “*closing*” da aquisição do Will Bank, pela compra da Will Financeira. A aquisição tem como objetivo o crescimento do Master do seguimento “varejo”, que já possuímos “*expertise*” pela atuação no crédito consignado com o produto “CREDCESTA”, e assim gerar crescimento patrimonial, financeiros, de sinergia e de mercado. O “*closing*” para a realização da operação foi aprovada pelo BACEN e aguarda a homologação.

As aquisições são investimentos estratégicos do Master, visando a expansão das atividades com crescimento sustentável, consolidando o posicionamento no mercado, tanto no “varejo” como no “atacado”.

Em especial, a aquisição do Will propiciará ao Master atingir 10,5 milhões de clientes, o que vai em linha com um dos pilares de nossa Administração de levar crédito e benefícios a população que brasileira que não tem acesso ou pouca acessibilidade a esses produtos.

Destacamos ainda, como principal realização no semestre, foram as implementações realizadas na Governança do Master. Foi constituído no semestre o comitê de auditoria, parte do planejamento de Governança da instituição, por ter atingido a classificação de S3. Como destacado em 2023, o Master constituiu o conselho estratégico com grandes nomes do mercado. Informamos, que ambos os comitês iniciaram suas atividades operacionais. Adicionalmente, foram realizadas na estrutura de governança do Master o reforço das equipes de compliance e de riscos bem como, a criação e contratação da auditoria interna que anteriormente era realizada por empresas terceirizadas.



O crescimento patrimonial e os resultados consistentes, são metas atingidas em linha com o plano estratégico do Master e somente foi possível pelo empenho de todos os colaboradores, administradores e acionistas, permitindo assim, a elevação do patamar do Master perante o mercado.

Áreas de Atuação e Portfólio de Produtos e Serviços

O Master apresenta-se ao mercado como uma solução para seus clientes e parceiros de negócios como uma plataforma “*full banking*”. Podemos apresentar de forma sumarizada as áreas de atuação:

ATACADO

O seguimento atacado são as operações cursadas em ativos de crédito quais sejam, créditos *corporate*, CRI's, debêntures que o Master esteja investindo. Dentro deste seguimento incluímos, as operações de mercado de capitais, realizadas pela Master Corretora que está habilitada com as certificações necessárias para sua atividade. O Banco Master de Investimento e o Voiter, são as instituições que realizam operações estruturadas e de mercado de capitais.

VAREJO

A atuação do Master no mercado de varejo é prioritariamente no crédito consignado com o produto cartão benefício denominado CREDCESTA. A carteira de crédito permanece em expansão, com destaque especial em nossa base de crédito consignado, advindo do nosso cartão de benefícios consignado em âmbito federal (INSS), permanecendo o crescimento na expansão regional nos Estados e Municípios. O produto cartão benefício já possui presença em 22 – 2024 (20 – 2023) Estados e 150 – 2024 (130 – 2023) Municípios.

Para esta expansão acelerada, permanecemos com o modelo de distribuição digital, sendo possível abertura de contas, acesso à contratação de crédito e outros produtos e serviços via nossas plataformas digitais do CREDCESTA e do Banco Master. A esteira é realizada através de parceria com *fintechs*, como a Jeitto, que tem concedido crédito de forma totalmente digital, e atingiu 4 milhões de usuários.

Nossas perspectivas para o mercado de varejo são de crescimento contínuo e virtuoso considerando a atual aquisição do Will Bank (CFI), que nos permitirá atingir uma carteira de clientes superior a 10,5 milhões de pessoas. Com isso, o Master passa a atuar como um agente relevante para o mercado de varejo, com o objetivo em ajudar pessoas que estão sem acesso à crédito, através do crédito ágil e acessível nas mais vastas regiões do país.

SEGUROS

O Master mantém investimentos no mercado securitário com a participação detida diretamente na subsidiária KOVRPAR, sendo o controlador do seu capital. A KOVRPAR, é a holding exclusiva para a participação neste setor, atuando no âmbito de seguros, previdência e de capitalização através das empresas KOVR Seguradora S/A, KOVR Previdência S/A e KOVR Capitalização S/A.

Para um melhor entendimento dos resultados apresentados em nossas demonstrações financeiras, explicaremos de forma resumida o comportamento dos produtos e serviços do Master.



CORPORATE E OPERAÇÕES ESTRUTURADAS

O Master apresenta nas demonstrações financeiras o crescimento em operações corporativas estruturadas, uma esteira de produtos que faz parte das operações de mercados de capitais, que visa fomentar receitas adicionais na estruturação com o Banco de Investimento e distribuição pela Corretora. No semestre, mantivemos nossas operações no ramo de comércio varejista de vestuário, turismo, educação, industrial e saúde.

Além destas operações, voltamos a identificar oportunidades em operações estruturadas na atividade imobiliária. Essas operações têm gerado receitas de juros sob os créditos concedidos e receitas adicionais de serviços de estruturação e intermediação.

As operações descritas anteriormente apresentam-se registradas diretamente na carteira própria de crédito, onde possuímos operações com este mesmo objetivo realizadas via FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) e que são utilizados estrategicamente como veículos para cada operação. Estas operações são consolidadas no conglomerado prudencial do Banco e se apresentam como crédito no nosso balanço consolidado prudencial.

O modelo de negócios vem se provando bem-sucedido, e a aquisição do Voiter vai contribuir para otimizar ainda mais esse modelo. Direcionando os esforços nos créditos corporativos onde auxiliamos no processo de governança e gestão das companhias, gerando mais resultados para os clientes e receita de serviços para o Banco de Investimento. Seguimos confiantes na expansão desse modelo de crédito e negócios para os próximos períodos.

SERVIÇOS FINANCEIROS

O Master iniciou uma nova parceria com a *fintech Blue Transfer*, foi possível verificar os resultados positivos logo no início das operações antes realizado pela empresa Remessa Online. Ademais, prestação de serviços de câmbio com a mesa de operação corporativa e de atacado, segue em forte ritmo de crescimento.

O Master, além do Banco de Investimento e Voiter, possui a Master Corretora que está em contínuo crescimento com a administração fiduciária e após a integração das demais atividades, o plano é deter embaixo do Banco de Investimento, empresas gestoras, administradora fiduciária e outras. Este processo foi iniciado em 2023 e está em andamento em 2024, acreditamos que o processo de consolidação será concluído com receitas e resultados dessas companhias já refletidas no balanço do Banco.

Plano Estratégico e de Capitalização

Realizações e Expectativas

O Master apresenta as demonstrações financeiras do semestre o crescimento contínuo e consistente dos semestres e anos anteriores, demonstrando a capacidade de resiliência em um mercado extremamente agressivo e competitivo, onde estamos fazendo algo inovador. O resultado apresentado está em linha com o plano estratégico definido pela Administração, que conta com o empenho determinante de seus colaboradores para que seja obtido. O planejamento está pautado sob a ótica de resultados recorrentes de suas carteiras, serviços ativos e capitalizações de seus acionistas.



O Master apresenta no semestre o Lucro Líquido de R\$501 milhões (R\$291 milhões – 2023) e Patrimônio Líquido de R\$4.2 bilhões (R\$2.3 bilhões – 2023). Destacamos o acréscimo das receitas da intermediação financeira de R\$ 3.0 bilhões (R\$2.7 bilhões – 2023), que contribuiu significativamente para a obtenção do crescimento da *performance* da instituição. O resultado apresentado, demonstra a qualidade do *portfólio* de produtos, com o contínuo crescimento nas atividades de crédito no varejo, *corporate*, operações estruturadas e serviços, que vem contribuindo para a expansão das receitas. Destacamos o resultado não operacional obtido pelas aquisições R\$ 436 Milhões (R\$1 – 2023).

O contínuo crescimento do *portifólio* de crédito, preza pela qualidade destes ativos, e é possível confirmar este fato verificando que mesmo com forte expansão da carteira de crédito o índice da PDD se manteve em patamares adequados. Quanto a carteira *corporate* uma vez que temos controle operacional e presença com a gestão das companhias, que são clientes, conseguimos controlar as operações de modo mais preciso, evitando desta forma, o crescimento da PDD, ainda que mantendo sempre níveis muito conservadores de provisão, no momento da concessão do crédito.

No semestre o Master mantém ciclo de crescimento contínuo e sustentável, demonstrando ao mercado que somos uma instituição que está fazendo algo inovador e cumprindo bom papel no mercado. As operações apresentam resultados consistentes, possuem capacidade de geração de novas receitas adicionais de serviços, e possuem aderência ao plano estratégico desenvolvido pela sua Administração e em linha com os anseios dos acionistas da instituição.

Aumento de Capital e Emissão de Dívidas Subordinadas

No semestre os acionistas realizaram aumento de capital no montante de R\$ 1.6 bilhões, realizados nos meses de abril - R\$1 bilhão, e maio – R\$ 600 milhões, estando devidamente homologado pelo BACEN.

Com o objetivo de fortalecer o capital prudencial da instituição, uma vez que o Master apresenta resultados sólidos desde a nova administração, emitimos dívidas subordinadas, não conversíveis, no montante de R\$ 450 milhões que foram distribuídas em junho – R\$ 250 milhões e em julho – R\$ 200 milhões.

Governança Corporativa e Gestão de Riscos

Como relatado anteriormente, o Master constituiu o seu “Conselho Consultivo”, dos quais fazem parte nomes de relevância no mercado financeiro e, constituiu seu “Comitê de Auditoria” que, com membros com curriculum e reconhecimento internacional.

Destacamos ainda, que neste semestre foi criada a área de auditoria interna, para que seja possível acompanhamento das operações e atividade operacionais, mas próximo do dia a dia da instituição. Anteriormente este serviço estava sendo realizado por empresas especializadas.

A criação destes, vai em linha com o posicionamento do Master perante o mercado e aos órgãos reguladores e aos seus clientes, a fim de confirmar que os acionistas, alta administração e corpo de gestão operacional do Master, tem o compromisso de excelência nos processos de controles de riscos e de governança em linha com as melhores práticas do mercado. Dentro deste contexto, mantemos nossa atuação com a implantação de melhorias destas práticas para os processos de controles internos, *compliance*, riscos, governança e tecnologia.



O comprometimento da administração em continuar atuando em melhorias operacionais, está diretamente relacionado a governança e tecnologia, de modo a criar as efetivas bases para o crescimento sustentável almejado para os próximos anos.

A fim de garantir a segurança de risco de mercado, risco de crédito, risco operacional e risco de liquidez, todas as operações são monitoradas conforme os limites determinados pelo Comitê de Gestão de Riscos. Esse processo é ainda reforçado por auditorias internas regulares. O arcabouço de segurança é complementado pelo *Compliance* e Risco Operacional, cuja função é garantir as conformidades de todas as práticas, às normas e exigências regulatórias das autoridades brasileiras e o alinhamento ao Acordo de Basileia, além de aderências às melhores políticas de governança corporativa.

O Master vem se desenvolvendo com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição dos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais, o que tem elevado sua consistentemente sua classificação de rating.

Cenário Econômico

No primeiro semestre de 2024 tivemos surpresas positivas na atividade econômica brasileira, com índices de inflação arrefecendo e desemprego caindo. Encerramos o primeiro semestre com IPCA em 2,48%, taxa SELIC em 10,50% a.a, o PIB cresceu 0,8% no primeiro trimestre de 2024 com uma projeção de crescer 2,20% no ano de 2024. O consumo deve continuar sustentado pelo crescimento da renda com um mercado de trabalho forte e expansão do crédito.

No entanto, apesar dos indicadores positivos o Governo ainda está sob pressão do mercado, uma vez que com receitas próximas ao limite de crescimento e forte alta nos gastos, a percepção de risco fiscal piorou, o que fez com que o Real tivesse o pior desempenho entre as moedas, chegando a cotações de R\$ 5,70 por dólar.

Com estas incertezas, o BACEN estancou a queda de juros, nas últimas reuniões do COPOM foi decidido encerrar o ciclo de corte de juros, neste momento e manteve a Selic em 10,50% a.a. Aliado a isso, devido às incertezas do cenário externo, que gera dúvidas de quando os Estados Unidos iniciarão o corte de juros e os demais bancos centrais das principais economias. Com isso, existe a convergência das taxas de inflação para suas metas.

No cenário doméstico, os indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho seguem melhorando e a inflação ao consumidor tem apresentado trajetória de deflação. As expectativas de inflação para 2024 e 2025 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 4,0% a.a e 3,8% a.a, respectivamente.

A tendência de inflação nos países desenvolvidos segue em desaceleração, principalmente por serviços. Esse cenário é favorável para que o BACEN volte ao ciclo de cortes de juros, sendo que a tendência é de que o FED faça a primeira redução de 0,25% na reunião de setembro. Os indicativos de mercado já estão precificando em uma queda de 0,25% a 0,50%, nas próximas 2 reuniões do COPOM deste ano e, para em 2025 redução mais acentuada.



A economia americana mostra sinais mais claros de desaceleração, e deve ter um crescimento de 2,5% em 2024. Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) iniciou um ciclo de corte de juros na reunião de junho, levando os juros para 3,75% vindo de 4,0%, e provavelmente terá mais 2 cortes de 0,25% ainda esse ano.

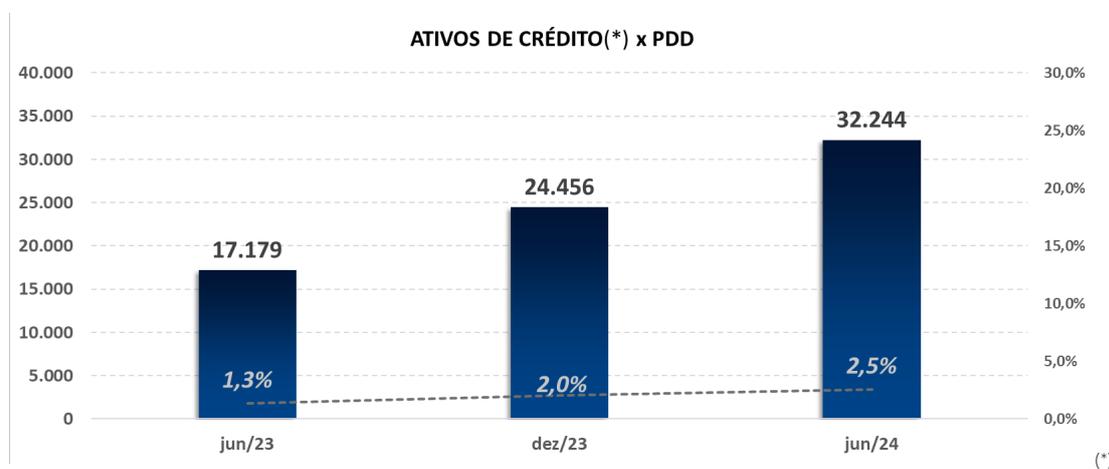
Diante deste cenário para o segundo semestre, vamos ter queda de taxa de juros nos Estados Unidos e Europa, porém localmente, a incerteza doméstica quanto aos ajustes fiscais e a alta taxa de câmbio, deve limitar o Banco Central a reduzir a taxa de juros novamente.

Desempenho das Atividades

Os resultados apresentados no semestre do Master, permanece focado em manter o crescimento sustentável e contínuo, mantendo os pilares de: 1) Capitalizações; 2) Crescimento de ativos de modo sustentável, gerando resultados progressivos; 3) PDD controlada; 4) Alongamento da carteira de captação; 5) Crescimento da intermediação financeira recorrente; 6) Crescimento da receita de serviços.

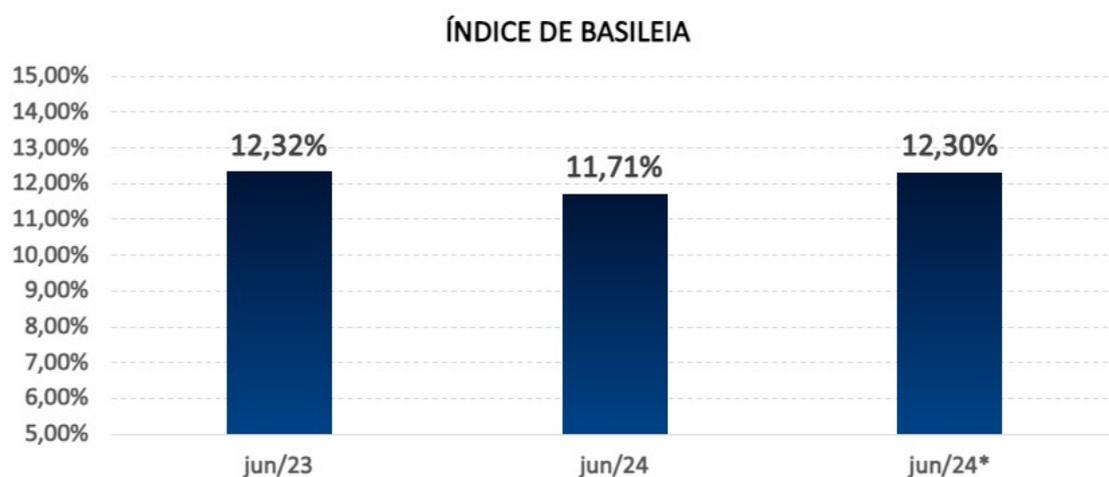
Performance do Banco

Apresentamos de forma gráfica e explicamos em seguida os principais indicadores que demonstram a *performance* positiva do Banco. Para o melhor entendimento, a fim de corroborar o crescimento consistente, optamos em fazer um comparativo de 3 semestres. Os gráficos foram produzidos com as informações constantes das demonstrações financeiras e para melhor apresentação alguns gráficos foram elaborados por informações gerenciais e apresentam-se com os valores em milhões de reais:



Ativos de crédito composto pela carteira de crédito, FIDC's e Debêntures.





*Considera letra financeira subordinada emitida em Jul/24.

O Master apresenta em suas demonstrações financeiras, resultados aderentes as projeções definidas em seu plano de negócios. O lucro líquido do ano de R\$ 501 milhões – 2024 (R\$ 291 milhões – 2023), representa crescimento de 72,34% sobre o semestre anterior. O lucro no semestre é aproximadamente o mesmo lucro líquido que o Master realizou no ano inteiro de 2023, que demonstra o crescimento consistente e assertivo de nossas projeções.

O resultado obtido no semestre está diretamente relacionado ao crescimento do *portifólio* de crédito, operações estruturadas de forma direta ou via veículos (Fundos de Investimentos – FIDC’s / FIA’s / FIM’s) bem como, os investimentos e aquisições realizadas.

Após a reestruturação do modelo de negócio da área de câmbio, já é possível observar melhores resultados e que são boas expectativas para o futuro promissor da área.

A melhora no resultado de participações em coligadas e controladas de R\$286 milhões (R\$41 milhões), por equivalências patrimoniais, que está diretamente relacionada a estrutura de aquisições de instituições que foram realizadas.



Destacamos no resultado do semestre acréscimos das receitas de crédito de R\$1.779 milhões – 2024 (R\$1.200 milhões – 2023), crescimento de 48,17%, resultado de operações com títulos e valores mobiliários de R\$1.227 milhões – 2024 (R\$746 milhões – 2023), crescimento de 64,51%, estes em especial estão impactados prioritariamente por fundos de investimentos em direitos creditórios – FIDC, FIM e FIA, utilizados como veículo para os créditos *corporate* e operações estruturadas a fim de ganhar eficiência operacional. O resultado em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são as cessões de carteira de crédito realizadas que contribuiu em R\$628 milhões – 2024 (R\$588 milhões – 2023).

O gráfico de ativos de crédito contempla a posição consolidada do Master, incluindo as carteiras dos FIDCs, que são consolidadas em nosso balanço prudencial. Os ativos de crédito são divididos em carteira varejo, *corporate*, direitos creditórios e precatórios.

O crescimento da carteira de crédito gerou aumento na despesa de provisões de crédito de R\$434 milhões – 2024 (R\$99 milhões – 2023). O acréscimo significativo não pode ser analisado isoladamente, é necessário observar o acréscimo dos ativos de crédito de R\$32.244 milhões – 2024 (R\$24.457 milhões – 2023), acréscimo de 31,84 %. Observando o crescimento dos ativos de crédito, volume de provisões constituídas nas demonstrações financeiras, apresentam-se em linha com os índices quando comparado com o mercado e ainda, e quando observamos a totalidade de ativos de créditos detidos pelo Banco confrontado com os ativos totais de crédito, índice de 2,50% - 2024 (2,00% - 2023).

Quando analisamos o crescimento das despesas, destacamos as despesas de pessoal e administrativas R\$918 milhões – 2024 (R\$542 milhões – 2021), acréscimo significativo deve-se ao crescimento novos produtos e ao crescimento de colaboradores, investimentos realizados em tecnologia e prestadores de serviços.

Basileia

O Master apresenta-se devidamente enquadrado em seus limites operacionais com o índice de Basileia - IB de 11,71% - 2024 (12,32% - 2023), e com um Patrimônio de Referência – PR compatível com a capacidade de seus ativos. Apresentamos ainda, projeção do índice de junho com as Letras Financeiras Subordinadas – LFS, aportadas em julho no montante de R\$ 200 Milhões o que eleva o índice de 12,30%.

Conclusão

O Master apresenta no semestre a curva de crescimento de seus negócios de modo sustentável, apresentando ao longo desta trajetória a efetiva demonstração de que o Banco vem acertando em suas linhas de negócio, e promovendo crescimento de ativos saudáveis e rentáveis. O forte crescimento acontece dentro de suas principais linhas de negócios (varejo, *corporate* estruturado, serviços e resultados de suas controladas). A consequência é o crescimento de suas atividades, com manutenção dos níveis de PDD e com demonstração consistente de resultados.

O Master tem cada vez mais cumprido um papel importante no mercado Brasileiro, levando crédito a pessoas físicas e jurídicas com estrutura e modo de distribuição diferenciados, participando de reestruturações empresariais, recuperação de empresas, readequação de estrutura de capital de empresas, melhoria de estrutura de crédito e saúde financeira de pessoas e empresas. Deste modo, tem apresentado resultados sustentáveis e boa rentabilidade, tendo alcançado um ROE 32,20% (ROE 34,80% – 2023).





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP – Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Master S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Master S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Master S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração a valor de mercado dos fundos de investimentos

Veja as notas 4e, 4f, 4h e 7 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 30 de junho de 2024 o Banco possuía aplicações em fundos de investimentos (“Fundos”), cuja mensuração a valor de mercado se dá pela atualização do valor das cotas dos Fundos divulgada pelos respectivos administradores, líquido da provisão para perdas esperadas mensurada pelo Banco. Esses Fundos investem substancialmente em ativos que não são ativamente negociados.</p> <p>A determinação dos valores de mercado dos ativos investidos pelos fundos de investimentos, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, está sujeita a um nível maior de incerteza, especialmente em relação à definição do risco de crédito de tais ativos.</p> <p>Consideramos a mensuração a valor de mercado dos fundos de investimentos como um principal assunto para a nossa auditoria, devido à relevância dos montantes e às incertezas envolvidas na determinação do risco de crédito dos ativos investidos pelos Fundos.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Envolvemos nossos especialistas de precificação de instrumentos financeiros com conhecimento e experiência no setor, para avaliar o risco de crédito dos ativos investidos pelo Fundo, por meio da inspeção, com base em amostragem, de documentação suporte, incluindo contratos de créditos, relatórios de <i>rating</i>, garantias, informações financeiras e indicadores de solvência.• Recalculamos, com base em amostragem, o valor de mercado dos ativos investidos pelos fundos de investimentos, considerando as premissas avaliadas por nossos especialistas. <p>Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração a valor de mercado dos fundos de investimentos, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.</p>

Mensuração e avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios

Veja as notas 4j e 8.a.1 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Em 30 de junho de 2024 o Banco detinha direitos creditórios e precatórios, que são precificados com base na previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação.

A mensuração dos direitos creditórios e precatórios envolve o preço de aquisição deduzido do valor do deságio e incertezas sobre o andamento dos processos e performance de pagamento de cada ente devedor, que podem impactar na estimativa do valor do ativo. Adicionalmente, a avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios pode ser complexa devido a vários aspectos, incluindo questões processuais, a extensão e rastreabilidade dos documentos, as transferências dos títulos, cuja atualização pode não ser tempestiva e o acesso às informações.

Consideramos a mensuração e a avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios como um principal assunto para a nossa auditoria, devido à relevância dos montantes e dos julgamentos envolvidos quanto aos aspectos formais e processuais atrelados à titularidade dos direitos creditórios e precatórios, bem como para mensuração do ativo.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Com o auxílio dos nossos especialistas de *legal services* com conhecimento e experiência no setor, avaliamos:

- (i) os aspectos formais e processuais atrelados aos direitos creditórios e precatórios, com base nas confirmações obtidas dos assessores jurídicos externos do Banco;
- (ii) o andamento dos processos e a performance de pagamento de cada ente devedor; e
- (iii) a titularidade dos direitos creditórios e precatórios, por meio da inspeção de documentação suporte, que comprovam as cessões dos direitos creditórios e precatórios.

Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e a avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Veja as notas 4i, 8c e 8g das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

O Banco registrou em 30 de junho de 2024 provisões para perdas esperadas para as operações de crédito, que compreendem as operações de empréstimos e financiamentos (“*corporate*”), consignado e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica as operações de crédito em nove níveis de risco (“*ratings*”), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como: situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e atrasos nos pagamentos, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação quanto aos *ratings*, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

Consideramos a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto para a nossa auditoria, devido à relevância dos montantes e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas em sua mensuração.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Para análise individual de clientes, com base em amostragem, analisamos os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como: a proposta de liberação de crédito, informações contábeis e cadastrais, entre outros fatores, verificando a aderência desta atribuição de *rating* em relação às políticas internas do Banco. Para os clientes avaliados de forma massificada, analisamos, com base em amostragem, a atribuição das classificações de *ratings* de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente.
- Recalculamos a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como *ratings* mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior *rating* para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito.
- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz

Contador CRC 1SP294326/O-3

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria ("Coaud" ou "Comitê") do Banco Master S.A. ("Banco" ou "Master") é um órgão estatutário criado pela Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2023, com seu Regimento Interno aprovado pela Diretoria em 03 de abril de 2024. O Comitê é um órgão auxiliar da Diretoria e independente dos demais órgãos da administração e/ou gestão, regido pelo Estatuto Social do Master, pela Resolução CMN nº 4.910/21 e seu Regimento Interno.

Atualmente é composto por três membros, dentre eles, dois membros independentes, eleitos pela Diretoria e homologados pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 29 de abril de 2024, com mandato de 05 (cinco) anos e que se encontram em pleno exercício de seus mandatos. São membros do Comitê: Sr. Erich Schumann (coordenador do Coaud e membro independente), Sr. Leandro Marra Romani (membro qualificado e independente) e Sr. Luiz Antônio Bull. As atribuições do Coaud estão elencadas no seu Regimento Interno em conformidade com as exigências previstas na Resolução CMN nº 4.910/21, conforme alterada e no Estatuto Social do Master.

Atividades do Comitê de Auditoria desde maio de 2024

O Comitê reuniu-se regularmente com os responsáveis pelas principais áreas do Banco e com as auditorias interna e independente, com vistas a dar cumprimento às suas atribuições. Dado o curto período de implementação do Comitê, os encontros foram focados em funções administrativas e de apresentação das áreas internas aos membros. Reuniões adicionais com foco nos negócios e com a Diretoria para discussão de riscos e estratégias são esperadas para realização no segundo semestre de 2024.

Recomendações, orientações e acompanhamentos

O Comitê atua com autonomia no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento à Diretoria do Master no que concerne ao controle sobre a qualidade das demonstrações financeiras e controles internos, visando à confiabilidade e integridade das informações. Em cada uma das reuniões, o Comitê apresentou recomendações, orientações e realizou acompanhamentos nas principais áreas operacionais e de governança do Banco. Considerando o *status* atual de gestão de riscos, o Comitê dedicou tempo considerável no entendimento dos riscos associados aos ativos e passivos e ao processo geral de gestão de riscos. Com base nesta análise, uma das principais solicitações dos membros do Comitê é a implementação do modelo de "Três Linhas de Defesa" com foco na estratégia adequada de monitoramento de risco, sendo a Primeira Linha de Defesa responsável pela análise de riscos e estratégia de mitigação dos mesmos, a Segunda Linha de Defesa responsável pela coordenação e comunicação da estratégia geral de riscos e a Terceira Linha (auditoria interna) como garantidora da revisão independente adequada dos processos.

Conclusões e recomendações referentes as demonstrações financeiras

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer da Auditoria Independente, relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2024, de 1º de janeiro a 30 de junho de 2024. Considerando as informações prestadas pela administração do Banco e pela KPMG, o Comitê concluiu que as informações e documentos apresentados referentes às Demonstrações Financeiras do primeiro semestre do exercício social de 2024, incluindo o Relatório da Administração, refletem as posições patrimoniais e financeiras do Master, recomendando a manifestação favorável a Diretoria da Companhia em relação aos referidos documentos.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2024.

Erich Schumann - Coordenador do Comitê de Auditoria e membro independente

Leandro Marra Romani - Membro independente do Comitê de Auditoria

Luiz Antônio Bull - Membro do Comitê de Auditoria



ATIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023
DISPONIBILIDADES	5.	170.635	179.034
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		44.316.350	32.584.885
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6.	684.869	601.002
Aplicações em operações compromissadas		180.042	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		504.827	559.856
Aplicações em moedas estrangeiras		-	41.146
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		21.173.715	14.654.634
Títulos e valores mobiliários	7. a	20.961.065	14.452.294
Instrumentos financeiros derivativos	7. c	212.650	202.340
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		2.214.285	1.700.342
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3.650	-
Transações de pagamentos instantâneos		128.800	19.460
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		2.081.835	1.680.882
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO		20.243.481	15.628.907
Operações de crédito	8. a	13.598.930	8.305.299
Operações de crédito vinculadas a cessão	8. a	418	455
Títulos e créditos a receber	8. a	7.464.638	7.818.276
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8. c	(820.505)	(495.123)
ATIVOS FISCAIS		920.959	488.492
Ativos fiscais correntes	14. a	53.577	117.555
Ativos fiscais diferidos	14. a	867.382	370.937
OUTROS ATIVOS		4.104.131	2.122.965
OUTROS CRÉDITOS		3.476.299	1.657.462
Carteira de câmbio	9. a	143.058	7.312
Negociação e intermediação de valores		6.419	2.493
Devedores por depósito em garantia	21.c	17.744	6.704
Diversos	11. a	3.309.078	1.640.953
OUTROS VALORES E BENS		627.832	465.503
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebíveis	12.	402.493	403.538
(-) Provisões para desvalorização de ativos não financeiros - recebíveis		(7.742)	(7.998)
Despesas antecipadas	13.	233.081	69.963
PERMANENTE		1.473.718	766.210
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS	15. a/ b	1.459.264	761.375
IMOBILIZADO DE USO	16.	14.454	4.835
Direitos de uso		10.845	10.845
Outras imobilizações de uso		18.428	7.995
(-) Depreciações acumuladas		(14.819)	(14.005)
TOTAL DO ATIVO		50.985.793	36.141.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		45.336.154	33.115.659
DEPÓSITOS	17.	40.646.729	30.534.128
Depósitos à vista		310.057	581.630
Depósitos interfinanceiros		11.852.994	3.156.197
Depósitos a prazo		28.483.678	26.796.301
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	18. a	1.679.219	925.025
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	19.	2.013.787	1.251.013
Recursos de letras financeiras, imobiliárias, de crédito e similares		2.013.787	1.251.013
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		58.268	44.590
Transações de pagamento		58.268	44.590
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		278.290	224.489
Ordens de pagamento em moedas estrangeiras		278.290	224.489
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	7. c	659.861	136.414
PASSIVOS FISCAIS		539.615	308.912
Passivos fiscais correntes	14. b	56.525	143.590
Passivos fiscais diferidos	14. b	483.090	165.322
PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	21. c	11.758	4.514
OUTROS PASSIVOS		910.324	330.055
Negociação e intermediação de valores		3.443	6.060
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		26.476	45.444
Carteira de câmbio	9. a	189.857	7.466
Diversos		690.548	271.085
Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros		1.799	2.442
Outros	11. b	421.194	251.667
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.	267.555	16.976
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.	4.187.942	2.382.446
Capital social		2.760.885	1.452.885
Reserva de lucros		964.550	964.550
Outros resultados abrangentes		(38.245)	(34.989)
Lucros acumulados		500.752	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		50.985.793	36.141.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.060.748	2.730.166
Operações de crédito	24.	1.778.579	1.200.368
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7. b	1.227.374	746.090
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7. d	(655.794)	168.254
Resultado de operações de câmbio	9. b	82.299	26.752
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	23.	628.290	588.702
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.109.078)	(1.560.664)
Operações de captação no mercado	18. b	(2.109.078)	(1.560.664)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(434.141)	(99.386)
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8. g	(434.141)	(99.386)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		517.529	1.070.116
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(171.533)	(590.290)
Receitas de prestação de serviços		38.763	30.888
Receitas de tarifas bancárias		1.566	3.998
Despesas de pessoal	25.	(88.607)	(66.055)
Outras despesas administrativas	26.	(829.653)	(476.178)
Despesas tributárias	27.	(71.379)	(63.401)
Resultado de participação em coligadas e controladas	15. a	286.653	41.954
Outros resultados operacionais	28.	491.124	(61.496)
RESULTADO OPERACIONAL		345.996	479.826
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		264	1.078
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		346.260	480.904
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	29.	178.328	(162.996)
Provisão para imposto de renda		-	(118.136)
Provisão para contribuição social		-	(94.518)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		178.328	49.658
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		(23.836)	(27.352)
RESULTADO LÍQUIDO		500.752	290.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	30/06/2024	30/06/2023
RESULTADO LÍQUIDO	500.752	290.556
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO	(3.256)	(18.330)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(776)	(12.761)
Efeito tributário	349	5.742
Outros resultados abrangentes em controladas	(2.829)	(11.311)
RESULTADO ABRANGENTE	497.496	272.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital social		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva Legal	Reserva especial de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.160.885	(25.000)	53.515	393.032	(16.146)	-	1.566.286
Aumento de capital	-	25.000	-	-	-	-	25.000
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(18.330)	-	(18.330)
Resultado líquido	-	-	-	-	-	290.556	290.556
Destinações:							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	46.283	-	(54.450)	(8.167)
Saldos em 30 de junho de 2023	1.160.885	-	53.515	439.315	(34.476)	236.106	1.855.345
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.660.885	(208.000)	75.509	889.041	(34.989)	-	2.382.446
Cancelamento de aumento de capital	(500.000)	208.000	-	-	-	-	(292.000)
Aumento de capital	1.600.000	-	-	-	-	-	1.600.000
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(3.256)	-	(3.256)
Resultado líquido	-	-	-	-	-	500.752	500.752
Saldos em 30 de junho de 2024	2.760.885	-	75.509	889.041	(38.245)	500.752	4.187.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido		500.752	290.556
Ajustes ao lucro líquido		(698.011)	72.131
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.g	434.141	99.386
Provisões/Reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - FIDC		3.262	44.607
Depreciações	26	814	1.458
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários		(245.815)	(13.492)
Resultado de participação em controladas	15	(286.653)	(41.954)
Ativo fiscal diferido	29	(178.328)	(49.658)
Participações no resultado		23.836	27.352
Outras provisões		(2.548)	3.327
(Ganhos)/Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(2)	(1.030)
Movimentação das provisões passivas	21.d	7.244	(2.619)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(18.407)	4.754
Aquisição coligadas e/ou investimentos		(435.555)	-
Resultado ajustado		(197.259)	362.687
Variação de ativos e passivos		(969.025)	(739.936)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		55.029	(126.402)
Títulos e valores mobiliários		(6.200.288)	(3.569.973)
Instrumentos financeiros derivativos		81.233	(13.801)
Operações de crédito e títulos com risco de crédito		(5.048.715)	(1.841.438)
Outros ativos		(2.492.559)	(1.625.838)
Depósitos		10.477.799	5.921.767
Captações no mercado aberto		754.194	55.891
Recursos de aceites e emissões de títulos		762.774	167.306
Obrigações fiscais e previdenciárias		17.594	263.448
Outros passivos		623.914	29.104
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais		(1.166.284)	(377.249)
Impostos pagos		(40.683)	(10.905)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de uso		(10.433)	(782)
Aumento de capital em controladas		-	(1.981)
Dividendos a receber		-	(15.340)
Alteração de participação		21.490	4.045
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades de investimento		11.057	(14.058)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	22.a	1.308.000	25.000
Juros sobre o capital próprio		-	(54.450)
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades de financiamento		1.308.000	(29.450)
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	5	112.090	(431.662)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		220.180	628.811
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		18.407	(4.754)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		350.677	192.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Master S.A. ("Banco Master", "Banco" ou "Master") é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) que desenvolve as atividades de banco comercial por meio das carteiras comerciais e de câmbio. Suas controladas atuam em diversos segmentos do mercado com destaques para as atividades de gestão de recursos, operações no mercado de câmbio e de corretagem na B3, constituído na forma de sociedade anônima fechada, sediado na Pr. Botafogo, 228, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, e o local principal de seus negócios em São Paulo - SP.

2. PLANO DE CAPITALIZAÇÃO

No semestre o Banco Master realizou aumento de capital no montante de R\$ 1.6 bilhões, sendo através de AGE realizada em 22 de abril 2024 – R\$ 1 bilhão e AGE de 31 maio de 2024 – R\$600 Milhões, estando a totalidade destes aumentos de capital homologado até a data da divulgação das demonstrações financeiras.

O Banco Master no semestre captou o montante de R\$ 250 milhões em dívida subordinada – não conversível, de capital nível II. A captação tem como objetivo, para reforço do capital prudencial e em junho de 2024 foram captados mais R\$ 200 milhões deste mesmo produto. O objetivo é a captação de mais R\$ 500 milhões para o próximo semestre.

Os acionistas mantêm esforços para o contínuo ritmo de capitalizações nos próximos anos, para que seja possível o plano de expansão do Master, impulsionado pelo crescimento dos ativos e pelas aquisições em curso. A expectativa é de realizar novas capitalizações, buscando elevar o Banco Master a um patamar relevante no cenário bancário brasileiro. Com o resultado esperado para 2024, esperamos alcançar um Patrimônio Líquido no valor de R\$ 5 bilhões.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco Master são de responsabilidade da Administração. Foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações e com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20, e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais do Banco Master foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Na data de emissão das presentes demonstrações financeiras individuais, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade do Banco Master de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras individuais do semestre findo em 30 de junho de 2024.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 29 de agosto de 2024.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata *temporis*, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Master para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Banco são classificados nas categorias “títulos para negociação”, “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento”.

Para negociação: são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título.

Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrual*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e

Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a instituição tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular nº 3.068/01.

f) Mensuração do valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (“*hedge*”) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

g) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*), seguindo as premissas da Circular BCB nº 3.082/2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidas diretamente na demonstração de resultados.

Hedge de risco de mercado

O Master possui estratégias de *hedge* de risco de mercado. A Instituição documenta, no início da transação de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, bem como seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco.

O *hedge* é avaliado em base contínua determinando como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações financeiras para o qual foi designado.

Para essas operações são aplicadas as seguintes práticas:

- O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado.
- O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou caso a designação seja revogada deve-se descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

h) Requisitos mínimos no processo de apreçamento de instrumentos financeiros (Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos)

A Resolução do CMN nº 4.277/13, dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”, conforme a Circular BCB nº 3.068/01;
- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular BCB nº 3.082/02; e
- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464/07.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, inclusive avais e fianças prestadas, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/99, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros ativos financeiros em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

A classificação das operações com características de operações de crédito é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

As renegociações registradas como prejuízo e controladas em contas de compensação são classificadas como de *rating* H. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

j) Títulos e crédito a receber - precatórios

Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de Municípios, Estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor, extensão e rastreabilidade dos documentos e informações dos títulos e suas transferências. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores. O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deduzido do valor do deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

k) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- **Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios:** devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

As provisões para operações de crédito seguem os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução CMN nº 3.533/08, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir desta data, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As operações de cessão de créditos classificadas como “retenção substancial dos riscos e benefícios” permanecem registradas no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação. Os créditos cedidos sem “retenção substancial dos riscos e benefícios” são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão.

l) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica “Outras despesas administrativas”.

m) Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

- **Operações de câmbio** - Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.
- **Negociação e intermediação de valores** - Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

n) Permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

Investimentos em participações em controladas e coligadas

Investimentos que possuem controle ou influência significativa são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Há a presunção de influência significativa em investimentos onde há participação de 20% ou mais no capital votante e controle onde há participação de 50% ou mais no capital votante.

Imobilizado de uso

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: edificações, 4%, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10% e sistema de processamento de dados, 20%.

o) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

p) Captações no mercado aberto

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Captações no mercado aberto".

q) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

r) Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido. O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O componente diferido, representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na demonstração do resultado em imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, tais como: o imposto sobre a mensuração ao valor justo de títulos disponíveis para venda. Posteriormente estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na demonstração do resultado no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica outras despesas administrativas.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota 29.

t) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

u) Resultados não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/20, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 32.

v) Interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 e correlatas

Com vigência prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21 altera a classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O Master elaborou um plano formal, aprovado internamente, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma. O plano de implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, e identificar aspectos sistêmicos.

O Master vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Em complemento à Resolução CMN nº 4.966/21, foi publicada a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, atualizada pela Resolução BCB nº 397 em 03 de julho de 2024, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), e procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras.

Resolução CMN nº 4.975

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975, alterada pela Resolução CMN nº 5.101

de 24 de agosto de 2023, que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Novo Padrão Contábil – COSIF

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF será reformulado através do novo plano de contas, com as novas rubricas elencadas nas Instruções Normativas BCB nºs 426 a 433, alteradas pelas Instruções Normativas BCB nºs 493 a 500. Além disso, a Resolução BCB nº 390 de 12 de junho de 2024 revisou a Resolução BCB nº 92 e prevê novas regras para o plano de contas COSIF a partir de 1º de janeiro de 2030.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Banco define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	170.635	179.034
Caixa	475	557
Reserva bancária	5.101	6.711
Moeda estrangeira (i)	165.059	171.766
Aplicações interfinanceiras de liquidez	180.042	41.146
Total	350.677	220.180

(i) Valores depositados no exterior prioritariamente nas moedas dólar e euro.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Papéis/Vencimento	30/06/2024			31/12/2023			
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Valor de mercado (contábil)	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor de mercado (contábil)
Aplicações em operações compromissadas	180.042	-	180.042	-	-	-	-
Posição financiada							
Letras financeiras do tesouro - LFT	80.017	-	80.017	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional - LTN	100.025	-	100.025	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	504.827	504.827	-	100.131	459.725	559.856
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	-	41.146	-	-	41.146
Total	180.042	504.827	684.869	41.146	100.131	459.725	601.002
Circulante			180.042				141.277
Não circulante			504.827				459.725

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os títulos privados estão registrados e custodiados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e os títulos públicos registrados e custodiados na SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

a) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

								30/06/2024
Papel/Vencimento	Nível	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado (contábil)	Custo amortizado
Títulos disponíveis para venda								
Debêntures	2	-	38.295	-	-	-	38.295	38.842
Total de títulos disponíveis para venda		-	38.295	-	-	-	38.295	38.842
Títulos para negociação								
Cotas de fundos de investimento - FIDCs (i)	2	636.350	1.436.230	3.789.452	1.129.942	2.522.580	9.514.554	9.514.554
Cotas de fundos de investimento - FIM	2	3.802.080	143.075	-	1.680.753	556	5.626.464	5.626.464
Cotas de fundos de investimento - FIA	2	819.150	-	-	-	-	819.150	819.150
Cotas de fundos de investimento - FII	2	309.896	2	-	23.440	-	333.338	333.338
Cotas de fundos de investimento - FIP	2	39.586	-	-	-	-	39.586	39.586
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	36.275	45.452	111.121	243.548	681.071	1.117.467	1.117.476
Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior	2	1.704.024	-	-	-	-	1.704.024	1.704.024
Letras do tesouro nacional - LTN	1	79.968	85	660.945	412.831	-	1.153.829	1.782.777
Notas do tesouro nacional - NTN	1	390	86.311	948	5.063	521.646	614.358	630.989
Total de títulos para negociação		7.427.719	1.711.155	4.562.466	3.495.577	3.725.853	20.922.770	21.568.358
Total de títulos e valores mobiliários		7.427.719	1.749.450	4.562.466	3.495.577	3.725.853	20.961.065	21.607.200
Circulante							9.177.169	
Não circulante							11.783.896	
								31/12/2023
Papel/Vencimento	Nível	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado (contábil)	Custo amortizado
Títulos disponíveis para venda								
Debêntures	2	-	36.394	-	-	-	36.394	36.913
Total de títulos disponíveis para venda		-	36.394	-	-	-	36.394	36.913
Títulos para negociação								
Cotas de fundos de investimento - FIDCs (i)	2	1.488.284	851.453	2.529.848	892.451	775.025	6.537.061	6.537.061
Cotas de fundos de investimento - FIM	2	2.297.194	122.290	8.504	1.800.974	-	4.228.962	4.228.962
Cotas de fundos de investimento - FIA	2	436.547	-	-	-	-	436.547	436.547
Cotas de fundos de investimento - FII	2	245.066	-	-	18.229	-	263.295	263.295
Cotas de fundos de investimento - FIP	2	39.645	-	-	-	-	39.645	39.645
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	25.428	205.597	273.869	693.421	98.744	1.297.059	1.297.025
Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior	2	1.085.283	-	-	-	-	1.085.283	1.085.283
Letras do tesouro nacional - LTN	1	10.680	76.095	315.848	-	-	402.623	401.225
Notas do tesouro nacional - NTN	1	-	379	-	45.441	79.605	125.425	125.042
Total de títulos para negociação		5.628.128	1.255.814	3.128.069	3.450.515	953.374	14.415.900	14.414.085
Total de títulos e valores mobiliários		5.628.128	1.292.208	3.128.069	3.450.515	953.374	14.452.294	14.450.998
Circulante							6.920.336	
Não circulante							7.531.958	

(i) Em 30 de junho de 2024 incluem provisões adicionais para perdas esperadas no montante de R\$ 14.720 (R\$ 18.379 em 31 de dezembro de 2023).

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com títulos e valores mobiliários registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	30/06/2024	30/06/2023
Cotas de fundos de investimento - FIDCs	327.057	271.168
Cotas de fundos de investimento - FIM	319.021	405.895
Cotas de fundos de investimento - FIA	228.049	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	205.038	105.687
Cotas de fundos de investimento - FII	64.081	6.758
Títulos de renda fixa	48.040	(47.373)
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	35.545	34.641
Títulos de renda variável	643	16
Cotas de fundos de investimento - FIP	(100)	(30.702)
Total	1.227.374	746.090

c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos

I. Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: *Value at risk* (VAR), sensibilidade, risco de liquidez e cenários de *stress*. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela administração.

Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossa exposição global, em especial, a administração da exposição cambial.

II. Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, o Master utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pelas bolsas especializadas. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados base para utilização nos modelos de apuração dos valores justos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão e títulos pouco líquidos.

III. Composição da carteira por vencimento

							30/06/2024	
	Nível	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor de Referência
Ativo								
Swap	2	-	2.354	173.243	1.557	-	177.154	866.174
Opções	2		35.496	-	-	-	35.496	1.000.000
Total		-	37.850	173.243	1.557	-	212.650	1.866.174
Circulante							37.850	
Não circulante							174.800	
Passivo								
Swap	2	-	79.975	121.885	121.583	173.355	496.798	6.329.371
NDF	2	79.866	-	-	-	-	79.866	1.468.737
Opções	2	-	83.197	-	-	-	83.197	1.238.045
Total		79.866	163.172	121.885	121.583	173.355	659.861	9.036.153
Circulante							243.038	
Não circulante							416.823	
							31/12/2023	
	Nível	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor de Referência
Ativo								
Swap	2	-	32.979	24.612	123.732	17.764	199.087	2.303.422
NDF	2	3.253	-	-	-	-	3.253	212.060
Total		3.253	32.979	24.612	123.732	17.764	202.340	2.515.482
Circulante							36.232	
Não circulante							166.108	
Passivo								
Swap	2	-	1.142	48.346	81.094	1.163	131.745	1.132.308
Opções	2	-	4.669	-	-	-	4.669	1.000.000
Total		-	5.811	48.346	81.094	1.163	136.414	2.132.308
Circulante							5.811	
Não circulante							130.603	

IV. Composição da carteira por indexador

	30/06/2024		31/12/2023	
	Valor de Referência	Valor justo	Valor de Referência	Valor justo
Swap - Risco de mercado				
Ativo				
IPCA x CDI	-	-	51.808	713
Pré x CDI	134.764	3.911	2.051.512	165.395
CDI	731.410	173.243	200.102	32.979
Passivo				
IPCA x CDI	381.483	21.252	391.866	8.978
Pré x CDI	5.302.593	301.965	740.442	122.767
CDI	645.295	173.581	-	-
Opções				
Ativo				
CDI	1.000.000	35.496	-	-
Passivo				
CDI	1.238.045	83.197	1.000.000	4.669
NDF				
Passivo				
Índice - DOL*	1.468.737	79.866	212.060	3.253
Total ativo	1.866.174	212.650	2.515.482	202.340
Total passivo	9.036.153	659.861	2.132.308	136.414

* Contrato em US\$

V. Hedge accounting

Hedge de risco de mercado: *Hedge* da carteira de captação – CDB

O Master possui estruturas de *hedge* de risco de mercado. Estas posições são estruturas de *hedge* das exposições de captações indexadas a juros pré-fixados e ao IPCA, a fim de converter estas posições ao CDI.

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo o ganho ou perda reconhecido no resultado. O objeto de *hedge* é ajustado ao valor de mercado, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações reconhecida no resultado. Quando o instrumento de *hedge* expirar ou for negociado ou em caso de descontinuação do *hedge* contábil, qualquer ajuste do objeto de *hedge* é contabilizado diretamente no resultado.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pelo Circular nº 3.082/02, já que o Master optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.

	30/06/2024			
	Valor de referência	Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Instrumento de Hedge				
Contratos de <i>swap</i> - Pré x DI	5.437.357	(23.639)	(298.054)	(274.415)
Contratos de <i>swap</i> - IPCA x DI	381.483	(14.264)	(21.252)	(6.988)
Total	5.818.840	(37.903)	(319.306)	(281.403)
Objeto de Hedge				
Captações		(6.209.569)	(5.931.781)	277.788
Total		(6.209.569)	(5.931.781)	277.788

	31/12/2023			
	Valor de referência	Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Instrumento de Hedge				
Contratos de <i>swap</i> - Pré x DI	2.235.636	(18.500)	60.793	79.293
Contratos de <i>swap</i> - IPCA x DI	443.674	(16.567)	(8.265)	8.302
Total	2.679.310	(35.067)	52.528	87.595
Objeto de Hedge				
Captações		(2.859.350)	(2.946.760)	(87.410)
Total		(2.859.350)	(2.946.760)	(87.410)

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2024	30/06/2023
<i>Swap</i>	(382.572)	60.545
<i>NDF</i>	(135.920)	28.181
Futuro	(70.604)	62.628
Opções	(66.698)	16.900
Total	(655.794)	168.254

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação

	30/06/2024	31/12/2023
Empréstimos (<i>Corporate</i>)	9.205.992	4.593.428
Títulos e crédito a receber (1)	7.108.242	7.645.415
Consignado	2.126.318	2.551.226
Crédito pessoal	953.114	179.138
Cartão de crédito	797.906	583.613
Conta garantida	771.928	497.691
Financiamentos habitacionais	22.139	34.362
<i>Home Equity</i>	14.332	15.873
Financiamento de BNDU	15.613	15.406
Financiamento imobiliário	5.688	7.423
Cessão carteira FIDC	418	455
Outros Créditos	42.296	-
Total	21.063.986	16.124.030
Circulante	3.244.095	2.686.101
Não circulante	17.819.891	13.437.929

a.1) Títulos e crédito a receber - precatórios

	30/06/2024	31/12/2023
Direitos creditórios	6.936.431	7.478.242
Federal	6.936.431	7.478.242
Precatórios	153.331	148.698
Estadual	94.522	92.935
Municipal	58.809	55.763
Total	7.089.762	7.626.940

(1) Títulos e créditos a receber está composto prioritariamente por valores a receber oriundos de precatórios e de direitos creditórios adquiridos pelo Banco. Os títulos adquiridos possuem laudos periciais jurídicos e contábil, que suportam os registros contábeis e compõem a análise interna atrelada, sobretudo a questões processuais e avaliação de risco do cedente, para a aquisição e definição do preço.

O valor presente contábil é apresentado pelo custo amortizado, e está calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa à correção objeto da ação, descontando o deságio, bem como dos índices de atualização monetária (indexador Selic conforme Lei nº 14.375/22), e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

Na carteira de títulos e crédito a receber - precatórios do Banco Master existem créditos que encontram-se em fase de discussões, no entanto, todos os processos possuem decisões favoráveis transitadas em julgado, não sendo processualmente viável, em obediência ao ordenamento jurídico, qualquer discussão que modifique o que foi decidido pelo Poder Judiciário competente. Dessa forma, os processos estão em fase de Cumprimento de Sentença ou Liquidação de Sentença, possuindo laudos técnicos emanados por Peritos Judiciais que atestam a existência de valores indenizáveis, inclusive homologados por decisão do Poder Judiciário. Portanto, o Banco Master possui em seu balanço créditos que possuem legitimidade, viabilidade e materialidade.

b) Composição da carteira por vencimento

Prazo	30/06/2024					
	A vencer		Vencidos		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.262.923	6,1	210.613	70,0	1.473.536	7,0
De 3 a 12 meses	1.683.331	8,1	87.228	29,0	1.770.559	8,4
De 1 a 3 anos	5.400.500	26,0	3.111	1,0	5.403.611	25,7
De 3 a 5 anos	5.148.950	24,8	-	-	5.148.950	24,4
De 5 a 15 anos (i)	7.267.330	35,0	-	-	7.267.330	34,5
Total	20.763.034	100,0	300.952	100,0	21.063.986	100,0

Prazo	31/12/2023					
	A vencer		Vencidos		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.196.420	7,5	55.622	39,8	1.252.042	7,8
De 3 a 12 meses	1.363.327	8,5	70.732	50,6	1.434.059	8,9
De 1 a 3 anos	3.271.239	20,5	13.472	9,6	3.284.711	20,4
De 3 a 5 anos	2.190.117	13,7	-	-	2.190.117	13,6
De 5 a 15 anos (i)	7.963.101	49,8	-	-	7.963.101	49,3
Total	15.984.204	100,0	139.826	100,0	16.124.030	100,0

(i) Composto principalmente por precatórios e direitos creditórios representados em a.1.

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	30/06/2024				
	% Provisão	A vencer	Vencidos	Total	Provisão
AA	0,0%	6.954.911	-	6.954.911	-
A	0,5%	2.756.455	5.548	2.762.003	13.806
B	1,0%	2.683.413	73.783	2.757.196	27.571
C	3,0%	6.991.123	30.252	7.021.375	210.641
D	10,0%	350.427	81.780	432.207	43.221
E	30,0%	665.912	12.434	678.346	203.504
F	50,0%	225.023	28.346	253.369	126.684
G	70,0%	17.521	14.143	31.664	22.164
H	100,0%	118.249	54.666	172.915	172.914
Total		20.763.034	300.952	21.063.986	820.505

Nível de risco	31/12/2023				
	% Provisão	A vencer	Vencidos	Total	Provisão
AA	0,0%	7.496.718	-	7.496.718	-
A	0,5%	2.810.941	6.048	2.816.989	14.079
B	1,0%	483.904	7.360	491.264	4.912
C	3,0%	4.385.891	16.517	4.402.408	132.072
D	10,0%	391.378	6.857	398.235	39.823
E	30,0%	252.691	13.997	266.688	80.006
F	50,0%	23.761	7.708	31.469	15.734
G	70,0%	28.469	10.737	39.206	27.444
H	100,0%	110.451	70.602	181.053	181.053
Total		15.984.204	139.826	16.124.030	495.123

d) Composição da carteira de crédito por setor econômico

	30/06/2024	31/12/2023
Público (i)	7.089.762	7.626.940
Pessoa física	3.979.140	3.401.916
Financeiro	2.848.947	1.186.286
Serviços	2.437.582	913.578
Comércio	1.377.163	409.729
Indústria	1.305.237	1.176.553
Construção	1.303.767	1.206.665
Educação	495.143	-
Comunicação	182.678	146.084
Outros	44.567	56.279
Total	21.063.986	16.124.030

(i) Composto por precatórios e direitos creditórios, conforme detalhamento na Nota a.1.

e) Composição da carteira de crédito por indexador

	30/06/2024	31/12/2023
Pré fixada + Pós fixada	9.002.360	5.250.744
Pós fixada	7.089.762	7.627.132
Pré fixada	4.971.864	3.246.154
Total	21.063.986	16.124.030

f) Composição da carteira de crédito por concentração - exceto carteira de precatórios

	30/06/2024		31/12/2023	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	5.030.804	36,0	3.417.897	40,2
11 - 20 maiores devedores	3.853.894	27,6	1.353.366	15,9
21 - 50 maiores devedores	1.991.529	14,3	537.712	6,3
51 -100 maiores devedores	120.577	0,9	237.548	2,8
Demais clientes	2.977.420	21,2	2.950.567	34,8
Total	13.974.224	100,0	8.497.090	100,0

g) Movimentação das provisões para operações de crédito e outros créditos, conforme Resolução nº 2.682/99

	30/06/2024	30/06/2023
Saldo inicial	495.123	157.906
Constituição/reversão	434.141	99.386
Créditos baixados como prejuízo	(108.759)	(29.570)
Saldo final	820.505	227.722

h) Recuperação de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2024 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 7.550 (R\$ 3.247 no semestre findo em 30 de junho de 2023).

i) Renegociação de contratos

Em 30 de junho de 2024 existiam contratos renegociados no valor de R\$ 152.303 (R\$ 384.286 em 31 de dezembro de 2023). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos *ratings* das operações anteriormente às renegociações. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito.

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição da carteira

	Outros ativos		Outros passivos	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Direitos sobre venda de câmbio	133.379	4.895	-	-
Câmbio comprado a liquidar	57.619	2.517	-	-
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(47.940)	(100)	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	132.300	4.947
Obrigações por compras de câmbio	-	-	57.544	2.507
Valores em moedas estrangeiras a pagar	-	-	13	12
Total	143.058	7.312	189.857	7.466
Circulante	143.058	7.312	189.857	7.466
Não circulante	-	-	-	-

b) Resultado de operações de câmbio

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com operações de câmbio registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de disponibilidades em moedas estrangeiras	80.471	41.312
Financeiro	5.698	660
Importação	21	27
Exportação	12	6
Variações e diferenças de taxas	(3.903)	(15.253)
Total	82.299	26.752

10. RENDAS A RECEBER

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o Banco Master não possui rendas a receber.

11. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS – DIVERSOS

a) Outros ativos – diversos

	30/06/2024	31/12/2023
Valores a receber de vendas de ativos de crédito (i)	2.326.604	1.227.766
Devedores diversos - país e exterior	889.158	336.795
Aquisição de participação (ii)	71.442	63.987
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	18.813	12.146
Adiantamentos e antecipações salariais	3.061	259
Total	3.309.078	1.640.953
Circulante	3.309.078	1.640.953
Não circulante	-	-

(i) Refere-se prioritariamente a venda de ativos de crédito quais sejam, carteiras de crédito consignados e outros créditos, e precatórios, cujo recebimentos encontram-se em curso. Os saldos apresentados encontram-se líquidos de provisões para perdas esperadas no montante de R\$ 91.523.(R\$ 107.374. em 31 dezembro de 2023).

(ii) Refere-se ao pagamento inicial para aquisição do BNI – BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL, S.A. Em 22 de agosto de 2023, o Banco Master enviou um comunicado ao Banco de Portugal comunicando a desistência da intenção de aquisição de participação no BNI. Em 20 de fevereiro de 2024 as partes assinaram um acordo de revogação, no qual o BNI obrigou-se a restituir os recursos ao Banco Master em duas parcelas.

b) Outros passivos – diversos

	30/06/2024	31/12/2023
Repasse financeiros	174.701	71.371
Provisão parcelamento cartão	122.747	79.110
Credores diversos - país	54.263	43.724
Provisão despesas de pessoal	11.990	16.509
Provisão instrumento particular de ações - Kovr Participações	1.667	13.592
Diferimento de comissão fiança	3.376	5.610
Valores a repassar - Seguro prestamista	9.681	2.857
Precatórios a pagar	11	263
Outras provisões	42.758	18.631
Total	421.194	251.667
Circulante	419.527	238.075
Não circulante	1.667	13.592

12. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

Bens não de uso próprio	30/06/2024	31/12/2023
Imóvel residencial	158.426	159.640
Terreno rural	124.013	124.013
Imóvel comercial	118.405	118.236
Terreno urbano	1.649	1.649
Total	402.493	403.538
Circulante	-	-
Não circulante	402.493	403.538

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	30/06/2024	31/12/2023
Pagamento de serviços antecipados (i)	153.240	-
Comissões na colocação de empréstimos	34.272	33.331
Comissões captação	28.212	36.632
Ressarcimento de despesas antecipadas	15.016	-
Outras	2.341	-
Total	233.081	69.963
Circulante	17.357	18.079
Não circulante	215.724	51.884

(i) Serviços pagos antecipadamente para apoio operacional de convênios.

14. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração do Banco constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023. A referida constituição respeitou a projeção da lucratividade do Banco, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

a) Ativos fiscais

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos fiscais correntes	53.577	117.555
Imposto de renda a compensar	37.434	71.566
Contribuição social a compensar	16.074	45.331
Outros impostos a compensar	69	658
Ativos fiscais diferidos	867.382	370.937
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	542.018	362.813
Ajuste ao valor de mercado	214.289	2.403
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	105.034	-
Provisão para contingências	6.041	2.031
Participações sobre lucros	-	3.690
Total	920.959	488.492
Circulante	303.328	221.247
Não circulante	617.631	267.245

b) Passivos fiscais

	30/06/2024	31/12/2023
Passivos fiscais correntes	56.525	143.590
Impostos e contribuições sobre lucros	24.897	114.260
PIS e COFINS a recolher	12.376	6.917
Impostos e contribuições sobre salários	8.450	8.480
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	9.846	8.257
Outros	956	5.676
Passivos fiscais diferidos	483.090	165.322
Ajuste ao valor de mercado	483.090	165.322
Total	539.615	308.912
Circulante	539.615	308.912
Não circulante	-	-

c) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

	30/06/2024	
	Ativo diferido	Passivo diferido
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	370.937	165.322
Constituição	990.184	465.103
Reversão	(493.739)	(147.335)
Saldo final em 30 de junho de 2024	867.382	483.090

d) Previsão de realização dos ativos diferidos

	30/06/2024	
	Ativos diferidos	Valor presente (i)
Até 1 ano	249.751	221.468
De 1 a 2 anos	35.722	28.090
De 2 a 3 anos	105.363	73.468
De 3 a 4 anos	77.535	47.942
De 4 a 5 anos	304.271	166.831
De 5 a 10 anos	94.740	42.189
Total	867.382	579.988

(i) O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média de captação do Banco Master.

15. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

a) Controladas

									30/06/2024
	Banco Master Múltiplo S.A. (iii)	Banco Master de Investimento S.A.	Master Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (v)	Master Patrimonial Ltda. (ii)	Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Kovr Participações S.A.	NK 031 Empreend. e Particip. S.A. (iv)	JK 031 Empreend. e Particip. S.A. (iv)	Total
Participação - %	100,0	100,0	0,0	99,99	100,0	68,64	100,0	100,00	
Quantidade de cotas/ações possuídas	3.946.167.305	14.099.862	-	37.205.043	26.750.000	18.229.513	26.890	291.726.684	
Capital social	1.167.479	76.203	-	37.205	26.750	37.205	765.201	125.047	
Patrimônio líquido	308.033	4.239	-	264.198	185	214.830	680.909	44.877	
Resultado líquido no semestre	(1.759)	(26.370)	(2.845)	7.003	(30)	21.491	264.798	18.570	
Valor do investimento	308.033	4.239	-	264.172	185	147.459	680.909	44.877	1.449.874
Resultado de equivalência patrimonial	(1.759)	(26.370)	797	4.361	(30)	17.622	263.007	29.025	286.653

									31/12/2023
	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. (i)	Banco Master de Investimento S.A.	Master Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Master Patrimonial Ltda. (ii)	Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Kovr Participações S.A.	Total		
Participação - %	100,0	100,0	100,0	99,99	99,5	76,91			
Quantidade de cotas/ações possuídas	3.946.167.305	5.919.842	1.755.147	37.205.043	26.750.000	20.423.248			
Capital social	1.167.479	47.000	43.588	37.205	26.750	150.949			
Patrimônio líquido	309.792	1.406	31.840	259.836	216	193.631			
Resultado líquido no exercício	292.300	(22.296)	(7)	37.087	(717)	51.595			
Valor do investimento	309.792	1.406	31.840	259.810	215	148.922			751.985
Resultado de equivalência patrimonial	292.300	(22.296)	(7)	37.083	(717)	39.671			346.034

- (i) Em 19 de julho de 2023, o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle societário do Banif para o Banco Master S.A., conforme contrato de compra e venda firmado em 12 de novembro de 2021. No período anterior à aquisição havia saldos de créditos tributários não ativados pois não existia expectativa de lucros tributários, e em 2023 com a transferência do controle acionário para o Banco Master e plano de negócio com expectativas de resultados, esses créditos foram ativados. Em 30 de junho de 2024, o valor de imposto de renda diferido é de R\$ 797 e contribuição social diferida é de R\$ 637.
- (ii) Empresa do Grupo Master habilitada a prestar serviços de assessoria e consultoria financeira. Em 30 de junho de 2024, o faturamento dos serviços prestados foi de R\$ 0 (R\$ 75.000 em 2023).
- (iii) Em 7 de novembro de 2023, foi solicitada a alteração da denominação social do Banco de Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. para Banco Master Múltiplo S.A., que foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2024.
- (iv) Aquisição das Holding's NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Voiter S.A. e coligadas e JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. controladora do Banco Letsbank S.A aprovado pelo Banco Central em 11 de abril de 2024.
- (v) Em 15 de fevereiro de 2024 aprovada pelo Banco Central, o aumento de capital do Banco Master de Investimento S.A. no montante de R\$ 29.203 mediante a emissão de 8.180.020 novas ações ordinárias da Companhia, via incorporação da totalidade das ações de emissão da Master Corretora.

b) Coligadas

Em março de 2022, ocorreu a desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio líquido foi incorporado em uma nova CIP S.A., com fins lucrativos. O Master possui uma participação de 0,4902% e o valor do investimento de acordo com o laudo de avaliação é de R\$ 9.390 (R\$ 9.390 em 31 de dezembro de 2023).

16. IMOBILIZADO DE USO

	30/06/2024				31/12/2023			
	Depreciação	Custo	Depreciação	Valor	Custo	Depreciação	Valor	
	Anual - %		Acumulada	Líquido		Acumulada	Líquido	
Instalações	10	3.188	(1.534)	1.654	3.182	(1.374)	1.808	
Móveis e equipamentos de uso	10	3.385	(1.415)	1.970	3.277	(1.248)	2.029	
Direitos de uso	10	10.845	(10.791)	54	10.845	(10.402)	443	
Sistema de processamento de dados	20	1.108	(871)	237	1.043	(816)	227	
Sistema de comunicação	10	373	(133)	240	307	(99)	208	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	10.374	(75)	10.299	186	(66)	120	
Total		29.273	(14.819)	14.454	18.840	(14.005)	4.835	

17. DEPÓSITOS

a) Depósitos

	30/06/2024				31/12/2023			
	Depósitos	Depósitos	Depósitos	Total	Depósitos	Depósitos	Depósitos	Total
	à vista	a prazo (i)	interfinanceiros		à vista	a prazo (i)	interfinanceiros	
Sem vencimento	310.057	-	-	310.057	581.630	-	-	581.630
Até 30 dias	-	420.881	300.546	721.427	-	293.804	-	293.804
De 31 a 60 dias	-	507.516	737.915	1.245.431	-	281.742	28.603	310.345
De 61 a 90 dias	-	376.609	26.043	402.652	-	240.592	50.214	290.806
De 91 a 180 dias	-	1.401.107	590.094	1.991.201	-	1.281.091	231.549	1.512.640
De 181 a 360 dias	-	2.002.346	309.155	2.311.501	-	2.478.435	141.582	2.620.017
Acima de 360 dias	-	23.775.219	9.889.241	33.664.460	-	22.220.637	2.704.249	24.924.886
Total	310.057	28.483.678	11.852.994	40.646.729	581.630	26.796.301	3.156.197	30.534.128
Circulante				6.982.269				5.609.242
Não circulante				33.664.460				24.924.886

- (i) CDBs são emitidos com taxas praticadas em operações pós fixadas entre 96% e 140% do DI, (80% e 140% em 31 de dezembro de 2023), em operações prefixadas entre 3,5% e 16,9% (3,5% e 16,9% em 31 de dezembro de 2023) e em operações híbridas sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 2,40% e 9,10% (2,25% e 9,48% em 31 de dezembro de 2023)

b) Depósitos interfinanceiros

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos com instituições financeiras ligadas	11.644.227	2.982.108
Depósitos com demais instituições financeiras	208.767	174.089
Total	11.852.994	3.156.197

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Composição da carteira

	30/06/2024		31/12/2023	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Carteira própria				
Letras financeiras do tesouro - LFT	300.198	300.198	623.374	623.374
Letras do tesouro nacional - LTN	602.335	602.335	236.973	236.973
Notas do tesouro nacional - NTN	596.645	596.645	64.678	64.678
Carteira de terceiros				
Letras financeiras do tesouro - LFT	80.016	80.016	-	-
Letras do tesouro nacional - LTN	100.025	100.025	-	-
Total	1.679.219	1.679.219	925.025	925.025
Circulante		1.679.219		925.025
Não circulante		-		-

b) Resultado de operações de captação no mercado

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de depósitos a prazo	(1.453.083)	(1.431.786)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(431.031)	(29.210)
Despesas de contribuições ao fundo garantidor de créditos	(67.448)	(52.334)
Despesas de operações compromissadas	(62.400)	(37.732)
Despesas de letras financeiras	(53.979)	(823)
Despesas de letras imobiliárias	(41.137)	(8.779)
Total	(2.109.078)	(1.560.664)

19. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	30/06/2024					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Letras de crédito imobiliário - LCI	411.315	59.157	113.140	-	-	583.612
Letra financeira - LF	-	23.653	60.172	1.230	1.345.120	1.430.175
Total	411.315	82.810	173.312	1.230	1.345.120	2.013.787
Circulante						494.125
Não circulante						1.519.662

	31/12/2023					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Letras de crédito imobiliário - LCI	3.945	597.107	163.474	-	-	764.526
Letra financeira - LF	-	-	22.307	464.180	-	486.487
Total	3.945	597.107	185.781	464.180	-	1.251.013
Circulante						601.052
Não circulante						649.961

As LCIs são emitidas com taxas praticadas em operações pós fixadas entre 93% e 103% do DI, (92% e 103% em 31 de dezembro de 2023), e em operações prefixadas entre 9,30% e 12,7% (9,30% e 12,7% em 31 de dezembro de 2023). As LFs são emitidas em operações pós fixadas em 119,6% do CDI (115% do CDI em 31 de dezembro de 2023) e em operações híbridas sendo 100% do IPCA, e taxa prefixada entre 6,5% e 8,1% (6,5% e 8,00% em 31 de dezembro de 2023).

20. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL REGULATÓRIO

	30/06/2024		31/12/2023	
	Acima de 5 anos	Total	Acima de 5 anos	Total
Letra financeira subordinada	267.555	267.555	16.976	16.976
Total	267.555	267.555	16.976	16.976
Circulante		-		-
Não circulante		267.555		16.976

21. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho e 31 de dezembro de 2023, não existiam ativos contingentes.

b) Obrigações legais

Em 30 de junho e 31 de dezembro de 2023, não existiam obrigações legais.

c) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e totalizam:

	Provisão		Depósitos judiciais	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Contingências trabalhistas	872	1.712	1.208	505
Contingências fiscais	-	-	848	828
Contingências cíveis	10.886	2.802	15.688	4.192
Contingências administrativas	-	-	-	1.179
Total	11.758	4.514	17.744	6.704
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	11.758	4.514	17.744	6.704

d) Movimentação das provisões passivas

	30/06/2024			31/12/2023			
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Administrativas	Total
Saldo inicial	1.712	2.802	4.514	1.887	2.610	2.944	7.441
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	208	8.583	8.791	1.276	3.325	-	4.601
Baixas	(1.048)	(499)	(1.547)	(1.451)	(3.133)	(2.944)	(7.528)
Saldo final	872	10.886	11.758	1.712	2.802	-	4.514

e) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

	30/06/2024	31/12/2023
Fiscais	27.801	79.653
Cíveis	15.160	64.242
Trabalhistas	465	39.493
Administrativas	-	316
Total	43.426	183.704

Os principais processos cíveis (possíveis) são:

- Ação visando a anulação do procedimento de execução extrajudicial da garantia fiduciária consolidada pelo Banco para liquidação da dívida dos devedores;
- Ação visando a revogação de ordem de penhora recaída sobre garantia do Banco.
- Ações repetitivas visando a revisão de juros de consignado em processos que versam sobre direito do consumidor.

Os principais processos fiscais (possíveis) são:

- Execução fiscal referente a cobrança de multa por atraso na entrega da declaração do CPMF;
- Procedimento administrativo instaurado pela Receita Federal para controlar os débitos de IRPJ e CSLL supostamente incidentes sobre a indenização a ser paga pela CEEE;
- Supostos débitos de PIS e COFINS (Desmutualização BM&F);
- Auto de Infração lavrado para exigência de IRRF, relativo a operações de câmbio.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 30 de junho de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.760.884 mil que corresponde a um total de 176.537.848 ações nominativas, divididas em 140.828 ações ordinárias e 35.709.754 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito é de R\$ 1.660.885 mil que corresponde a um total de 176.537.848 ações nominativas, divididas em 140.828 ações ordinárias e 35.709.754 ações preferenciais todas sem valor nominal. Sendo nesta data, o total integralizado de R\$ 1.452.885 mil.

b) Reservas de lucros

A conta de reserva de lucros do Banco Master é composta por reserva legal e reserva especial de lucros. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco Master, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco Master não possui outras reservas de lucros em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Banco Master deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco Master.

Reserva especial de lucros - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva. A destinação de recursos para tais reservas não podem ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. Em 30 de junho de 2024 não foram deliberados dividendos ou juros sobre capital próprio e em 31 de dezembro de 2023 foram deliberados R\$ 91.900 de remuneração proposta dos juros sobre o capital próprio.

23. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

Refere-se ao resultado apurado pela venda de ativos de crédito com a transferência de riscos e benefícios definitiva em 30 de junho de 2024 R\$ 597.602 de carteira de consignado (R\$ 311.514 em 30 de junho de 2023), e R\$ 30.688 de carteira de precatório (R\$ 277.188 em 30 de junho de 2023).

24. RENDAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de empréstimos	1.327.428	719.019
Rendas de direitos creditórios descontados	440.839	476.257
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.551	3.248
Rendas de financiamentos habitacionais	1.576	935
Rendas de financiamentos de empreendimentos imobiliários	486	398
Rendas de outros financiamentos	699	511
Total	1.778.579	1.200.368

25. DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2024	30/06/2023
Proventos	(51.999)	(37.897)
Encargos sociais	(18.470)	(13.816)
Benefícios	(12.843)	(9.977)
Despesas de honorários da diretoria	(4.518)	(3.594)
Outras despesas de pessoal	(777)	(771)
Total	(88.607)	(66.055)

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2024	30/06/2023
Serviços técnicos especializados	(321.103)	(159.285)
Serviços do sistema financeiro	(278.946)	(145.108)
Processamento de dados	(74.728)	(60.344)
Serviços de terceiros	(51.794)	(41.647)
Propaganda e publicidade	(36.800)	(16.999)
Viagens	(23.768)	(20.171)
Seguros	(13.519)	(11.319)
Aluguéis	(9.957)	(2.527)
Depreciações	(814)	(1.458)
Outras despesas administrativas	(18.224)	(17.320)
Total	(829.653)	(476.178)

As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas no site institucional.

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2024	30/06/2023
COFINS	(49.727)	(46.573)
PIS	(8.081)	(7.568)
Tributos federais	(6.724)	(2.021)
IOF	(2.716)	(2.101)
ISS	(2.303)	(1.779)
Tributos municipais	(1.435)	(1.308)
Outras despesas tributárias	(393)	(2.051)
Total	(71.379)	(63.401)

28. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	30/06/2024	30/06/2023
Ganho por compra vantajosa (Nota 32)	435.556	-
Rendas de depósitos compulsórios vinculados ao BACEN	94.535	19.158
Reversão de provisão de valores a receber	22.773	-
Variação monetária	18.848	673
Reversão/Constituição de perda esperada associada ao risco de crédito sob FIDC 's - adicional (ii)	3.658	(11.517)
Reversão de perda esperada associada ao risco de crédito sob valores a receber - adicional (i)	1.135	29.435
Multas (iii)	(50.099)	(6.089)
Despesas de custeio	(10.859)	(6.794)
Perda esperada associada ao risco de crédito sob valores a receber - adicional (ii)	(8.055)	(61.590)
Reversão/Constituição para contingências	(7.243)	2.619
Provisão instrumento particular de ações - Kovr Participações	(4.500)	(9.889)
Despesas de cessão de crédito	-	(1.053)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(4.625)	(16.449)
Total	491.124	(61.496)

- (i) Reversões de provisionamento ocorridas por liquidação das operações de valores a receber.
- (ii) Constituição de provisionamento de crédito com base em probabilidade de perda esperada das operações.
- (iii) Multas pagas são principalmente referentes a parcelamentos administrativos de impostos e contribuições.

29. DEMONSTRATIVO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes dos tributos	322.424	453.552
JCP - Juros de capital próprio	-	(54.450)
Resultado do período antes dos efeitos do IRPJ e de CSLL	322.424	399.102
Alíquota vigente - IRPJ	25%	25%
Alíquota vigente - CSLL	20%	20%
Expectativa de despesa de IRPJ	(80.606)	(99.776)
Expectativa de despesa de CSLL	(64.485)	(79.820)
Diferenças permanentes	323.419	16.600
Equivalência patrimonial	128.994	18.879
Ganho por compra vantajosa	196.000	-
Outros ajustes	(1.575)	(2.279)
Imposto de renda e contribuição social	178.328	(162.996)

30. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas ao Banco são coligadas e controladas, seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, aprovado pelo CMN através da Resolução nº 4.636/18, consolidada pela Resolução nº 4.818/20.

Durante o semestre em 30 de junho de 2024, a remuneração da administração foi de R\$ 4.517 (R\$ 3.594 no semestre findo em 30 de junho de 2023). O Banco Master não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

As operações realizadas entre partes relacionadas estão representadas por:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Coligadas e controladas	Pessoal chave da administração	Coligadas e controladas	Pessoal chave da administração
ATIVO	29.503	23.090	6.269	32.626
Operações de crédito	-	1.962	-	2.484
Despesas antecipadas	-	21.128	-	30.142
Outros ativos - diversos	29.503	-	6.269	-
Rendas a receber - Dividendos	-	-	-	-
PASSIVO	11.684.500	517.751	3.112.828	200.983
Depósitos à vista	4.349	62.291	118.232	10.502
Depósitos interfinanceiros	11.644.227	-	2.982.107	-
Depósitos a prazo	220.573	228.954	12.489	173.505
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	17.456	-	16.976
Outros passivos	24.400	-	-	-
	30/06/2024		31/12/2023	
RESULTADO	(408.172)	(94.564)	(19.630)	(46.155)
Operações de captação no mercado - DI	(407.560)	-	(17.361)	-
Operações de captação no mercado - CDB	(612)	(7.698)	(2.269)	(4.309)
Operações de captação no mercado - LF	-	(1.440)	-	(1.610)
Outras despesas administrativas	-	(85.426)	-	(40.236)

31. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução e visão geral

O Conglomerado Prudencial Master (instituição líder Banco Master) está exposto aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos.

Em 30 de junho de 2024 o Conglomerado Prudencial Master é composto pelas empresas: Banco Master S.A, Master S.A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Banco Master de Investimento S.A, Banco Master Múltiplo S.A, Distribuidora Intercep de Títulos e Valores Mobiliários S.A, Banco Voiter s.a., Banco Indusval S.A Branch Cayman, Banco Letsbank S.A, Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A , Máxima FIM Crédito Privado 2, Esmeralda Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, C3e Créditos Judiciais Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Orion FIP Multiestratégia, MN I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP, Jeitto Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Montenegro Fundo de Investimento Multimercado Credito Privado, Centercob II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP, CMX Realty III Fundo de Investimento Imobiliário, Vanguard Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP, Búzios Fundo de Investimento Multimercado, CM Advanced XXXII Fundo de Investimento Multimercado Credito Privado, City - 02 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP, Reag Recebíveis Imobiliários FII, Amazonita Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Alvarinho, Siracusa Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, Vaticano Fundo de Investimento Multimercado Credito Privado, Metalfrio Solutions Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Marssani Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP, Cartago Fundo de Investimento Financeiro em Ações, WH1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Voiter Consig Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios INSS WH II, Voiter Comercio de Cereais LTDA, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Voiter Consignado II, Azurita Fundo de Investimento Imobiliário, Fundo de Investimento Financeiro em Ações Trebol, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Voiter Algarve, Fundo de Investimento Financeiro Multimercado Saúde Credito Privado, Carriet Inventory Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP, Tessalia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, 396 Fundo de Investimento Financeiro em Ações, Ital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Brindisi Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Conglomerado Master está de acordo com as regulamentações no Brasil, e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição, socioambiental é realizado de forma centralizada, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos.

O objetivo do controle centralizado é prover aos administradores e ao comitê executivo, uma visão global das exposições do Banco Master, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

b) Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Departamento de risco operacional é responsável pela criação e manutenção de um processo de gestão de risco de forma integrada nas empresas pertencentes ao conglomerado prudencial e prevê dentre outras funções, a execução de controles como políticas, processos e treinamento com objetivo de acompanhar riscos associados às empresas do conglomerado. O Departamento de Risco Operacional é estabelecido por uma área independente e atua com objetivo de implementar comitês, processos e assegurar a utilização de controles robustos de acordo com a complexidade de cada departamento. A área de risco operacional possui base de perdas incorridas para identificação de falhas e pontos de vulnerabilidade, dessa forma atua em conformidade com a Resolução CMN 4.557/17 e suas atualizações.

c) Risco de crédito

Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Conglomerado Prudencial Master. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Gerenciamento do risco de crédito

Atribuições:

- Desenvolver e manter a classificação de risco de crédito do Banco Master para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui grau de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Banco Master, no gerenciamento do risco de crédito.

Análise e concessão de crédito:

- Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas.
- Formular políticas de crédito em conjunto com todas as unidades do Master, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito.
- Revisar e avaliar o risco de crédito. A área de crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país.

Controles e gestão de riscos de crédito:

- Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do planejamento estratégico do Master.
- O Banco dentro das suas políticas de monitoramento e gestão de risco de crédito, identificou e contratou em período subsequente a data das demonstrações financeiras, determinadas proteções relativas a risco de créditos mantidas dentro da sua estrutura de fundos de investimentos. Essas proteções visam mitigar eventuais impactos de determinados riscos/exposições a crédito detidos pelo Banco.

d) Risco de liquidez

Definição

O risco de liquidez é avaliado a partir da diferença entre os preços de oferta e de compra dos ativos.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez é executada pela área de riscos financeiros de forma independente e visa proteger o Banco Master de possíveis movimentos de mercado que gerem impactos negativos ao fluxo de liquidez. Nesse sentido, o Banco Master monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens:

- O descasamento de vencimentos entre os fluxos de pagamentos e recebimentos de todo conglomerado;
- Concentração dos depositantes e dos depósitos com liquidez diária.

A área elabora diariamente o fluxo de caixa sob efeito de cenários de stress com as variáveis de inadimplência de sua carteira ativa e renovação de seu *fundings*.

e) Risco de mercado

Definição

Riscos de mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas de ativos financeiros negociados nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas.

A gestão de riscos de mercado que o conglomerado está exposto é monitorado de forma centralizada pela área de riscos financeiros, que considera a complexidade e a natureza das operações. A área de riscos financeiros atua de forma totalmente independente e é responsável pelos controles dos limites constantes da RAS (*Risk Appetite Statement*). A área é responsável pela elaboração, revisão e controle dos limites estabelecidos nas políticas, que por sua vez são aprovados pela Diretoria do grupo. O controle de risco de mercado é feito com a elaboração de índices baseados em metodologias técnicas seguindo padrões internacionais de cálculo.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. As modalidades apresentam volatilidades específicas as quais são determinadas por seus fatores de risco primários, o que associados as exposições assumidas geram potenciais riscos de perdas financeiras. Dentre os processos da gestão de risco de mercado estão as análises de sensibilidade e os testes de estresses. Estes testes indicam qual o potencial de perda em caso de variações no mercado.

Nos quadros abaixo temos os valores potenciais bem como os cenários utilizados:

Fatores de Risco	Descrição	30/06/2024		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(1.697.937)	(4.244.842)	(8.489.685)
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	698.350	69.834.950	139.669.901
Cupom de IPCA	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índice de preço IPCA	185.764	18.576.425	37.152.850
Cupom de IGPM	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índice de preço IGPM	136.410	13.640.957	27.281.914
Total		(677.414)	97.807.490	195.614.980

Fatores de Risco	Descrição	31/12/2023		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(393.461)	(983.653)	(1.967.307)
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	53.011	5.301.079	10.602.158
Cupom de IPCA	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índice de preço IPCA	31.831	3.183.109	6.366.217
Total		(308.620)	7.500.534	15.001.069

Premissas para os fatores de riscos:

Cenário	Curva de juros e cupom cambial	Câmbio
1	Choque paralelo de 0,01% (1 bp) na curva de mercado	Aumento de 10% nas taxas de câmbio
2	Choque paralelo de 1,00% (100 bps) na curva de mercado	Aumento de 25% nas taxas de câmbio
3	Choque paralelo de 2,00% (200 bps) na curva de mercado	Aumento de 50% nas taxas de câmbio

f) Limites operacionais - Índice de Basileia

Em cumprimento à regulamentação vigente e aos conceitos do Comitê de Basileia, o grupo Conglomerado Prudencial Master possui estrutura de gestão de capital realizada pela área de riscos financeiros. A área atua de forma integrada com objetivo de manter a compatibilidade do capital com o modelo de negócios, complexidade e natureza das operações. A gestão de capital prevê a elaboração de projeção de capital de acordo com os planos e metas definidos no planejamento de negócios (“*Business Plan*”) com a finalidade de verificar os possíveis impactos e a adequação dos níveis de capital estabelecidos pelo regulador e pelas políticas internas do Conglomerado

O Banco Master em 30 de junho de 2024, atingiu o Índice de Basileia de 11,71% (11,52% em 31 de dezembro de 2023), calculado a partir do “Conglomerado Prudencial”, superando o Índice de Basileia mínimo requerido (10,5%).

	30/06/2024	31/12/2023
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	3.896.604	2.107.422
Capital Principal	3.629.049	2.090.446
Capital Social	2.760.885	1.160.885
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	964.550	964.550
Lucros acumulados deduzido do capital principal exceto ajustes prudenciais	394.782	(34.989)
Ajustes prudenciais	(491.168)	-
Capital complementar	17.457	16.976
Patrimônio de Referência Nível II	250.098	-
Rwa (Risk weighted assets)	33.270.696	18.286.621
RWA - Risco de Crédito	29.089.064	14.694.276
RWA - Risco de Mercado	1.267.672	1.416.268
CVA - Resolução BCB 229	318.845	210.415
RWA - Risco Operacional	2.595.115	1.965.662
Índice de Basileia	11,71%	11,52%
Índice de Basileia (Mínimo Requerido)	10,50%	10,50%
Índice de Capital Principal	10,91%	11,43%
Índice de Capital Principal (Mínimo Requerido)	4,50%	4,50%

O Conglomerado divulga semestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias, encontra-se no endereço eletrônico www.bancomaster.com.br/ri.

g) Risco socioambiental e climático

A gestão de risco socioambiental e climático está estabelecida através de mecanismos de avaliação fundamentados no arcabouço regulatório cujo procedimentos adotados possibilitam a identificação e mitigação de riscos associados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil dentre outros, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/21 e dos objetivos do conglomerado.

A atuação para mitigação e identificação de riscos socioambientais e climáticos, é realizada em conjunto e de forma integrada com as três linhas de defesa em ações que visam monitorar o alinhamento com os fundamentos da lei anticorrupção e regulação específica sob o contexto da responsabilidade social, com ênfase em padrões éticos nas relações de trabalho. Esta estrutura visa mitigar os riscos relacionados a Impactos Reputacionais e Perdas Financeiras.

A estrutura de gerenciamento de risco social, ambiental e climático abrange os riscos associados ao Conglomerado Master, respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade, a seguir:

Relevância: Estabelece como critério de relevância o segmento de maior representatividade no seu portfólio de produtos;

Proporcionalidade: Estabelece como critério de proporcionalidade, as operações de crédito do Segmento Empresa (considerado de maior relevância), cuja atividade econômica possa apresentar maior risco de causar danos sociais, ambientais e climáticos associado ao valor total do endividamento do cliente junto à Instituição.

h) Comitê de Auditoria

O Conglomerado Master entende que o Comitê de Auditoria é um importante instrumento de controle, para a Gestão Integrada de Riscos.

O Comitê monitora e dá diretrizes, periodicamente, aos sistemas de gerenciamentos de riscos, como parte do processo de auditoria interna da Instituição, incluindo as atividades das unidades de negócios, abordando no mínimo os seguintes aspectos: As estratégias, políticas e procedimentos, a estrutura organizacional e os processos de aprovação dos modelos de gestão.

i) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 30 de junho de 2024, o índice de imobilização foi de 12,46% (20,15% em 31 de dezembro de 2023).

32. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Resultado líquido	500.752	290.556
Eventos não recorrentes		
Ganho por compra vantajosa (i)	435.556	-
Resultado líquido recorrente	65.196	290.556

(i) Ganho por compra vantajosa na aquisição das Holding's NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Voiter S.A. e coligadas e JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. controladora do Banco Letsbank S.A.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes a serem divulgados para 30 de junho de 2024.